

Sumário Executivo de Medida Provisória

Medida Provisória nº 606/2012.

Publicação: DOU de 19 de fevereiro de 2013.

Ementa: Altera as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, para autorizar a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo Federal, nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação, e nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, para autorizar a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior; e dá outras providências.

Resumo das Disposições

O art. 1º da Medida Provisória (MPV) nº 606, de 2013, dá nova redação ao inciso I do art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009. O referido dispositivo autoriza a União a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, a uma série de operações de crédito. A nova redação acresce às hipóteses já previstas as operações de financiamento a projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo Federal.

O art. 2º da MPV acrescenta § 2º ao art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, com o objetivo de estender a abrangência do Seguro de Crédito à Exportação, na forma do regulamento, às operações de

financiamento a exportações do setor aeronáutico, nos casos em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa da do devedor.

O art. 3º da proposição versa sobre matéria educacional. O dispositivo acrescenta artigo à Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para autorizar as instituições privadas de ensino superior habilitadas a participar do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) a criar e ofertar cursos técnicos de nível médio, nas formas e modalidades definidas em regulamento, resguardada a competência de avaliação e supervisão pela União.

O art. 4º, por sua vez, altera o § 3º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Ao suprimir do dispositivo a expressão “até a data de publicação desta Lei”, a MPV permite contabilizar no Fundo, até 31 de dezembro de 2016, as matrículas de crianças de 4 e 5 anos em pré-escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público, apuradas a cada ano pelo censo escolar.

O art. 5º prevê que a MPV entre em vigor na data de publicação.

Conforme a Exposição de Motivos, as modificações propostas não implicam comprometimento de recursos adicionais ao que já está previsto na Lei Orçamentária Anual.

Brasília, 20 de fevereiro de 2013.

Renato Friedmann
Consultor Legislativo

Tatiana Feitosa de Britto
Consultora Legislativa

